

ATA NÚMERO 137/XII/2.^a SL

Aos 16 dias do mês de janeiro de 2013, pelas 09:30 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audição do Tribunal de Contas para apreciação do parecer à Conta Geral do Estado de 2011.
2. Apreciação e votação da ata n.º 136, referente à reunião de 9 de janeiro.
3. Apreciação e votação do parecer à Proposta de Lei n.º 112/XII/2.^a (GOV) - "Estabelece o regime jurídico das áreas regionais de turismo de Portugal continental, a sua delimitação e características, bem como o regime jurídico da organização e funcionamento das Entidades Regionais de Turismo".
Autor do Parecer: Senhor Deputado Adolfo Mesquita Nunes (CDS-PP).
4. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 307/XII/2.^a (PS) - "Cobrança de Comissões e outros encargos pelas Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras devidas pela prestação de serviços aos consumidores".
Autor do Parecer: Senhor Deputado Carlos Santos Silva (PSD).
5. Distribuição da Proposta de Lei n.º 124/XII/2.^a (GOV) – Procede à sétima alteração à Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto.
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.
6. Apreciação e votação do Relatório sobre a Petição n.º 200/XII/2.^a, de iniciativa de ST & Sociedade de Publicações Lda. - Diário Económico e outros: Contra um novo aumento de impostos.
Relatora: Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD).

7. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 228/XII/2.^a, de iniciativa de Maria Antonieta Cruz e outros: Contribuição dos funcionários públicos para a CGA lesiva para o apuramento do montante da aposentação.
Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do PS.
8. Apreciação e votação do relatório sobre a Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à acessibilidade dos sítios Web dos organismos do setor público [COM(2012)721].
Relatora: Senhora Deputada Isabel Santos (PS).
9. Distribuição de iniciativas europeias.
10. Agendamento das audições sobre operações de capitalização de instituições bancárias.
11. Outros assuntos.

1. Audição do Tribunal de Contas para apreciação do parecer à Conta Geral do Estado de 2011.

O Senhor Presidente da Comissão iniciou os trabalhos, dando as boas vindas ao Senhor Presidente do Tribunal de Contas e aos demais Senhores Juizes Conselheiros presentes, enquadrando a audição no âmbito das competências legalmente acometidas à Assembleia da República, no âmbito da Lei de Enquadramento Orçamental, no que diz respeito à apreciação da Conta Geral do Estado (CGE), precedendo de [parecer](#) do Tribunal de Contas, cuja apreciação era o objeto da presente reunião. Recordou, ainda, tratar-se da apreciação da primeira Conta Geral do Estado da presente Legislatura.

De seguida, interveio o Senhor Presidente do Tribunal de Contas, que efetuou uma alocução introdutória, apresentando os Senhores Juizes Conselheiros presentes e a sua responsabilidade no âmbito do parecer à CGE, as competências do Tribunal de Contas nesta matéria e as principais disposições constantes do parecer desta instituição à CGE de 2011, nomeadamente a propósito das 82 recomendações emitidas (47 à Administração Central e 35 à Segurança Social) e do juízo formulado sobre a Conta, conforme consta do parecer do Tribunal de Contas:

“Neste Parecer formulam-se 82 recomendações tendo em vista a correção dos erros e deficiências assinalados e a melhoria da fiabilidade e do rigor da CGE, com a convicção do seu acolhimento pela Assembleia da República e pelo Governo. [...] O Tribunal formula um juízo globalmente favorável sobre a legalidade da execução orçamental da administração central, mas com ênfases quanto ao cumprimento de certos princípios orçamentais; na conta da Segurança Social formula reservas pelo incumprimento de disposições legais no âmbito do procedimento de reconhecimento automático de prescrição de dívida de contribuintes e pela ausência de instauração de processos executivos de valores indevidamente pagos a beneficiários; formula reservas quanto à correção financeira da CGE incluindo a da CSS”.

Intervieram, posteriormente, os Senhores Juizes Conselheiros presentes, intervindo sobre as diversas áreas de responsabilidade do parecer e realçando os principais aspetos e pontos críticos.

O Senhor Presidente da Comissão agradeceu a apresentação do parecer e as informações prestadas, e abriu de imediato o debate, no qual usaram da palavra os Senhores Deputados João Galamba (PS), Cristóvão Crespo (PSD), Michael Seufert (CDS-PP) e Honório Novo (PCP), tendo o Senhor Presidente do Tribunal de Contas e os demais Senhores Juizes Conselheiros intervindo para responder, individualmente, às questões colocadas.

O Senhor Presidente da Comissão agradeceu todas as informações e esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente do Tribunal de Contas e pelos Senhores Juizes Conselheiros. A propósito da questão suscitada, no âmbito da apreciação em curso, na Comissão, da [Proposta de Lei n.º 124/XII/2.ª \(GOV\)](#) – *Procede à sétima alteração à Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto*, o Senhor Presidente do Tribunal de Contas manifestou a disponibilidade da instituição para, em colaboração com as demais instituições envolvidas, contribuir para encurtar o prazo de apreciação da CGE, nomeadamente no contexto dos trabalhos preparatórios do Orçamento do Estado seguinte.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata. A gravação da audição, o parecer do Tribunal de Contas, a apresentação efetuada pelos Senhores Juizes Conselheiros e outras informações podem ser consultadas no [portal internet](#) da Comissão.

2. Apreciação e votação da ata n.º 136, referente à reunião de 9 de janeiro.

A [ata n.º 136](#), relativa à reunião de 9 de janeiro, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

3. Apreciação e votação do parecer à Proposta de Lei n.º 112/XII/2.ª (GOV) - "Estabelece o regime jurídico das áreas regionais de turismo de Portugal continental, a sua delimitação e características, bem como o regime jurídico da organização e funcionamento das Entidades Regionais de Turismo".

Autor do Parecer: Senhor Deputado Adolfo Mesquita Nunes (CDS-PP).

O Senhor Deputado Adolfo Mesquita Nunes (CDS-PP) apresentou o parecer à [Proposta de Lei n.º 112/XII/2.ª \(GOV\)](#), recordando as competências da COFAP para apreciação da iniciativa e no âmbito das quais o parecer emitia pronúncia, considerando competência da 6.ª Comissão as matérias de natureza económica. Deu conta, nesses termos, das principais disposições da proposta de lei, em particular no respeitante ao regime jurídico de emprego público.

O Senhor Presidente recordou os procedimentos que têm sido seguidos na presente Legislatura em matéria de despacho de baixa de iniciativas legislativas às Comissões, não se aplicando a norma regimental de baixa a várias comissões, mas apenas a baixa a uma Comissão, tendo sido instituída a figura da “conexão”. Adicionalmente, recordou que as disposições do diploma sobre as quais a COFAP tem competência são, precisamente, o que torna obrigatório legislar através de Lei da Assembleia da República, caso contrário o Governo podê-lo-ia fazer através de um Decreto-Lei, intervenção que mereceu a anuência dos Grupos Parlamentares.

Em sede de debate, interveio o Senhor Deputado Honório Novo quanto aos procedimentos obrigatórios de colocação da iniciativa em apreciação pública e as informações remetidas pelo Governo, tendo recebido os devidos esclarecimentos do autor, que confirmou terem sido remetidas pelo Governo todas as informações devidas, e ter a Assembleia da República promovido a devida apreciação pública da proposta de lei, tendo os diversos contributos sido publicitados na [página internet](#) da iniciativa.

Não se registando intervenções adicionais, o parecer foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

- 4. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 307/XII/2.^a (PS) - "Cobrança de Comissões e outros encargos pelas Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras devidas pela prestação de serviços aos consumidores".**

Autor do Parecer: Senhor Deputado Carlos Santos Silva (PSD).

O Senhor Deputado Carlos Santos Silva (PSD) apresentou o parecer à [Projeto de Lei n.º 307/XII/2.^a \(PS\)](#), dando nota das principais disposições da iniciativa, após o que, não se registando pedidos de palavra, o parecer foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, verificando-se a ausência do BE.

- 5. Distribuição da Proposta de Lei n.º 124/XII/2.^a (GOV) – Procede à sétima alteração à Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto.**

Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.

O Grupo Parlamentar do PSD indicou o Senhor Deputado Duarte Pacheco para autor do parecer da Comissão à [Proposta de Lei n.º 124/XII/2.^a \(GOV\)](#).

- 6. Apreciação e votação do Relatório sobre a Petição n.º 200/XII/2.^a, de iniciativa de ST & Sociedade de Publicações Lda. - Diário Económico e outros: Contra um novo aumento de impostos.**

Relatora: Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD).

A Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD) apresentou o relatório sobre a [Petição n.º 200/XII/2.^a](#), deu conta das pretensões dos peticionários, as diligências desenvolvidas enquanto relatora e as conclusões propostas, após o que o relatório foi votado e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

O Senhor Presidente recordou as audições habitualmente efetuadas aos peticionários, e a importância da participação dos diversos Grupos Parlamentares.

- 7. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 228/XII/2.^a, de iniciativa de Maria Antonieta Cruz e outros: Contribuição dos funcionários públicos para a CGA lesiva para o apuramento do montante da aposentação.**

Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do PS.

A Comissão deliberou admitir a petição, tendo o Grupo Parlamentar do PS indicado a Senhora Deputada Isabel Santos (PS) como relatora da [Petição n.º 228/XII/2.ª](#).

8. Apreciação e votação do relatório sobre a Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à acessibilidade dos sítios Web dos organismos do setor público [COM(2012)721].

Relatora: Senhora Deputada Isabel Santos (PS).

O presente ponto da Ordem do Dia não foi apreciado, por ausência da relatora.

9. Distribuição de iniciativas europeias.

Foi distribuída, para elaboração de relatório, a seguinte iniciativa europeia:

Referência	Título	Relator(a)
COM(2012)782	Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece um programa da União Europeia de apoio a atividades específicas no domínio do relato financeiro e da auditoria para o período 2014-2020	Senhor Deputado Pedro Nuno Santos (PS)

10. Agendamento das audições sobre operações de capitalização de instituições bancárias.

O Senhor Presidente deu conta das audições já calendarizadas, na sequência do requerimento aprovado na reunião anterior da Comissão.

11. Outros assuntos.

O Senhor Presidente deu conta das audições seguintes da Comissão, ao Presidente do Tribunal de Contas Europeu, para apresentação do relatório relativo ao exercício de 2011 (23 de janeiro) e ao Senhor Secretário de Estado do Orçamento, sobre execução orçamental (25 de janeiro).



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

A reunião foi encerrada pelas 13:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 16 de janeiro de 2013

O PRESIDENTE,
EDUARDO CABRITA

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Carlos Santos Silva
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eduardo Cabrita
Elsa Cordeiro
Fernando Medina
Fernando Virgílio Macedo
Honório Novo
João Galamba
João Pinho de Almeida
José de Matos Rosa
Miguel Frasquilho
Paulo Batista Santos
Pedro Filipe Soares
Pedro Jesus Marques
Sónia Fertuzinhos
Vera Rodrigues
Jorge Paulo Oliveira
Maria das Mercês Borges
Michael Seufert
Nuno Serra

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Santos
Pedro Nuno Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Nuno Reis